

**Paul Ricoeur**

---

**Tempo e Narrativa**

1. A intriga e a narrativa histórica

Tradução

CLAUDIA BERLINER

Revisão da tradução

MÁRCIA VALÉRIA MARTINEZ DE AGUIAR

Introdução

HÉLIO SALLES GENTIL

  
**wmf martinsfontes**

SÃO PAULO 2012

## INTRODUÇÃO

Talvez o mais difícil nesta introdução seja evitar os adjetivos superlativos, a exaltação, o entusiasmo. É uma obra que merece ser enaltecida. É um empreendimento de grande fôlego, realizado com a determinação e o rigor que caracterizam o trabalho de pensamento de Paul Ricoeur, colocando em diálogo os mais diferentes autores, respeitando-lhes o trabalho e extraindo deles o mais relevante ao desenvolvimento de sua própria investigação. Do cuidado na leitura minuciosa, no acompanhamento desses pensamentos alheios, que parece muitas vezes ao leitor desatento um mero repassar de ideias alheias, extrai Ricoeur uma novidade, faz ver um aspecto do problema antes não pensado, faz avançar a investigação numa direção por vezes inusitada, promovendo uma articulação onde antes só parecia haver disjunção, fazendo uma aproximação onde antes só parecia ser possível o distanciamento.

É assim que começa o empreendimento, aproximando a conhecida meditação de Agostinho sobre o tempo no Livro XI das *Confissões* da também clássica meditação de Aristóteles sobre a tragédia na *Poética*, sem negar as distâncias entre elas, tomando para si a responsabilidade da articulação. A tese fundamental, fundadora do empreendimento, é forte: é a narrativa que torna acessível a experiência humana do tempo, o tempo só se torna humano através da narrativa. A força dessa tese corresponde às forças mobilizadas ao longo da obra para seu

exame e sustentação: o porte dos autores trazidos ao debate, o rigor na apresentação e exame de suas contribuições, o trabalho de pensamento realizado com cada um deles e com a articulação entre eles, a sustentação da perspectiva do todo no horizonte de cada análise particular, a travessia de diferentes áreas do saber sem deixar de reconhecer o território de cada uma e sem perder de vista o norte orientador, sem sair da trilha, ou melhor, aceitando os desvios, mas para melhor compreender e aproveitar o território percorrido no esclarecimento da questão proposta.

Uma obra central em muitos sentidos. Em primeiro lugar, na própria cronologia das obras de Ricoeur, considerando-se que foi publicada originalmente em 1981-83, a meio caminho entre sua primeira grande obra, *Philosophie de la volonté I: le volontaire et l'involontaire*, publicada entre 1950, e a última, *Parcours de la Reconnaissance*, publicada em 2004. Trabalhador infatigável, o volume de sua produção é espantoso! Ao lado das obras maiores, sistemáticas, dedicadas por inteiro a um problema específico, Ricoeur publicou simultaneamente uma infinidade de ensaios em numerosas revistas – com destaque para sua longa colaboração com a *Esprit* de E. Mounier e a *Revue de Métaphysique et de Morale* de Louvain – ensaios em parte recolhidos posteriormente em coletâneas: *Histoire et Vérité* (1955, 2ª ed. ampliada em 1964), *Le Conflit des Interprétations: essais d'herméneutique* (1969), *Du text à l'action: essais d'herméneutique II* (1986), *A l'école de la phénoménologie* (1986), *Lectures 1, 2 e 3* (1991, 1992 e 1994), *Le Juste I e II* (1995 e 2001).

Mais especificamente, no contexto das “grandes” obras, vem depois de *La Métaphore vive*, publicada em 1975 e antes de *Soi-même comme un autre*, publicada em 1990. Pode-se dizer que *Tempo e narrativa* faz a ponte entre os estudos sobre a linguagem e os estudos sobre a ação, desde que se reconheça que os temas não permaneceram assim estanques e não podem ser fixados em um só período de sua produção, sendo tal nomeação mais uma questão de ênfase, de foco principal. De certa maneira, embora ele afirme em *La Critique et la Conviction* não ter desenvolvido “uma filosofia”, tendo sempre trabalhado com problemas específicos que lhe provocavam a reflexão,

pode-se reconhecer que há não só uma coerência em sua trajetória, mas também algumas preocupações que a atravessam de uma ponta a outra. Trata-se talvez do que antigamente se nomeava como “antropologia filosófica”, uma reflexão que procura compreender o homem que age no mundo e avalia eticamente suas ações, construindo esse mundo por sua ação e por sua palavra, apropriando-se dessas suas ações e construções pela reflexão.

O ensaio intitulado “Existence e hermenéutique”, que abre a coletânea *Le Conflit des Interprétations*, pode ser lido como o esclarecimento de uma posição filosófica e mesmo de um projeto de investigação que, à luz da obra realizada posteriormente, revela-se tão surpreendentemente levado a cabo. Se o projeto esboçado em *Philosophie de la volonté I* foi considerado por ele mesmo como pretensioso demais e não realizado, esse outro projeto não definido como tal parece ter sido muito bem sucedido em seu desenvolvimento e, de certo modo, plenamente realizado. É assim que, situada da perspectiva desse programa de elucidação da experiência humana através das mediações da linguagem e dos símbolos, a obra *Tempo e narrativa* revela-se a passagem-chave das investigações sobre a linguagem à investigação do sujeito de ação, essa passagem tão bem nomeada no título da coletânea de ensaios publicada logo depois: *Du texte à l'action*.

Daquela aproximação a que nos referimos antes entre obras tão díspares quanto a *Poética* de Aristóteles e as *Confissões* de Agostinho nasce a formulação de uma noção de *mimesis* tão esclarecedora quanto talvez ainda pouco aproveitada. O seu desdobramento da *mimesis* em três momentos parece tornar bem compreensível, por exemplo, o importante “círculo hermenéutico”. Também auxilia a compreender a linguagem em seu dinamismo criador, de uma maneira que sintetiza admiravelmente os estudos anteriores e abre caminho para os que se seguem, elucidando tanto seu pertencimento à história quanto sua capacidade de produzir sentido e conhecimento. As obras de linguagem, em particular as narrativas, revelam-se mediadoras entre um ponto de partida e um ponto de chegada, entre uma determinada configuração do mundo e outra. É nessa

mediação que as narrativas produzem um conhecimento do mundo e, ao mesmo tempo, participam de sua configuração, em particular de sua dimensão temporal. O trabalho da imaginação na produção das obras de linguagem e o dinamismo que constitui uma determinada tradição cultural, combinando os movimentos de inovação e sedimentação, também ganham enorme esclarecimento. Os ensaios recolhidos em *Du text à l'action* complementam e desenvolvem o que se estabelece aqui, nesta primeira parte de *Tempo e narrativa*, os três capítulos iniciais que constroem, de modo admirável, a base para o que se segue.

O paradigma de narrativa que aí se constrói em termos do *mýthos* (enredo, trama, intriga) da tragédia extraído da *Poética* de Aristóteles, como um "tecer da intriga", ampliado e aprofundado para além da forma tragédia, será então colocado à prova e desenvolvido em dois novos territórios, o da historiografia e o da narrativa de ficção. Assim, na segunda parte da obra, em contraposição à radicalização do modelo nomológico da história, Ricoeur sustentará o caráter inultrapassável de seu enraizamento na narrativa. Não se trata de defender a substituição do primeiro por uma história simplesmente narrativa, mas de discernir o lugar próprio da história entre as ciências e suas "condições de inteligibilidade", reconhecendo "o pertencimento da historiografia ao campo narrativo". Isso significa elucidar o seu vínculo essencial com a "competência de base que temos de seguir uma história", fazendo a "inscrição da historiografia no grande círculo mimético descrito na primeira parte", embora deixando para a última parte da obra a elucidação da maneira pela qual a história se insere na ação e na vida.

Como ele mesmo pede ao leitor em alguns momentos, é preciso paciência para percorrer sua obra com proveito. A "via longa" das mediações, com que distingue sua hermenêutica da "via curta" do acesso direto ao ser explorada por Heidegger, é realmente longa. Por isso as três seções dedicadas à história na segunda parte da obra constituem, em suas palavras, apenas "uma análise preparatória em relação à questão central do tempo e da narrativa". Ele considera necessário elucidar as relações entre "explicação histórica" e "compreensão narrativa",

passando pelo exame cuidadoso das teorias nomológica e narrativista da história. Acompanha o movimento interno de cada uma das perspectivas, para revelar tanto suas possibilidades quanto seus próprios limites, antes de concluir de forma bem sustentada por aquela relação inevitável, ainda que indireta, entre historiografia e narrativa. Assim ele passa pela epistemologia sem perder de vista o horizonte ontológico de todo o empreendimento. A reflexão sobre a historiografia e seus modelos extremos só revelará todo seu alcance ao ser cruzada com a reflexão sobre as narrativas de ficção, já que é em conjunto que, afirma ele, narrativa histórica e narrativa de ficção refiguram o tempo. Como o leitor perceberá, *configuração, prefiguração e refiguração* são noções apresentadas e esclarecidas logo na formulação da *mimesis* em três momentos, embora venham a ganhar mais substância e densidade com o desenvolvimento da obra.

Se essa via longa exige do leitor, além de paciência, trabalho de pensamento para percorrer junto com Ricoeur muitas outras teorias, é justamente ela que lhe permite fazer bom uso das conquistas das disciplinas metódicas das ciências humanas ou sociais, reconhecendo sua contribuição. Ele evita opor simplesmente à verdade metódica das ciências uma outra verdade da experiência que não seria acessível àqueles métodos. Ricoeur procura desenvolver, ao longo de toda sua trajetória, um diálogo entre filosofia e ciência que não faz da primeira um mero apêndice da segunda nem da segunda um campo alheio à reflexão filosófica. Ele reconhecerá nas ciências da linguagem um modelo de explicação que não deve nada ao modelo bem sucedido das ciências da natureza e que pode ser bem aproveitado na reflexão filosófica, não como modelo geral de explicação, mas como um momento significativo de qualquer investigação, momento de explicação que permitirá à reflexão filosófica hermenêutica uma objetividade própria. A construção e o exercício de uma dialética entre explicação e compreensão como constitutiva do trabalho de interpretação é uma das conquistas da hermenêutica de Paul Ricoeur, elaborada a partir do foco na noção de texto como discurso escrito e expressa com clareza tanto nas conferências reunidas em *Interpretation Theory: Dis-*

*course and the Surplus of Meaning* como nos ensaios de *Du text à l'action*.

Assim, na terceira parte, dedicada às narrativas de ficção, Ricoeur parte da pergunta pelas possíveis transformações daquele paradigma de configuração narrativa estabelecido no início. Procura incorporar toda a riqueza dos estudos contemporâneos da estrutura das narrativas, desde as análises específicas do conto popular russo feitas por Vladimir Propp até a teoria mais geral da semiótica de Greimas, sem esquecer outras perspectivas menos conhecidas. Reconhece nesses trabalhos um aprofundamento significativo na compreensão das estruturas narrativas, uma elucidação de sua lógica interna que deve ser aproveitada. Mas simultaneamente identifica, no recorte que torna possível tais análises – o isolamento do texto de seu contexto, sua retirada do movimento de comunicação e de relação com o mundo –, uma implicação de alto custo. Trata-se do que ele nomeia como “descronologização”, que acontece mesmo quando essas análises incluem os elementos temporais próprios à língua como sistema. É uma desconsideração das dimensões temporais próprias às narrativas enquanto discursos, dimensões que só são plenamente inteligíveis pela consideração de sua inserção na história dos homens da qual fazem parte.

Ricoeur destacará dessas análises os jogos com o tempo que a linguagem permite, de modo geral no uso dos tempos verbais na enunciação. De modo específico, nas narrativas, esses jogos ganham novas possibilidades pela existência de uma diferença básica entre o tempo do narrar e o tempo do narrado. São múltiplas as possibilidades de variação pela colocação da voz narrativa em diferentes posições temporais em relação aos acontecimentos que narra e em relação aos personagens dos quais narra a história, possibilidades amplamente exploradas pelas narrativas de ficção, particularmente pela forma própria da modernidade, o romance. Essas narrativas, justamente por se constituírem como “ficção”, descoladas da pretensão de fazer referência imediata à realidade circundante como um discurso descritivo, tornam-se espaço privilegiado para exercícios de experimentação, as “variações imaginativas da experiência

temporal”. Além de trazerem à linguagem dimensões dessa experiência temporal que permaneceriam inacessíveis de outro modo, são exemplares do modo como as narrativas em geral configuram o tempo.

A leitura que Ricoeur empreende dos romances de Thomas Mann, Virginia Woolf e Marcel Proust não só demonstra com clareza sua tese como também abre as portas para o estudo de outras dimensões da experiência humana do mundo trazidas à linguagem pelas narrativas e por outras formas de construção linguística. Ainda que as narrativas sejam, de sua perspectiva, as formas privilegiadas dessa configuração do tempo, Ricoeur reconhece que ele também pode ser configurado por outras formas, como a do poema lírico. É importante destacar como esse movimento do trazer à linguagem a experiência humana do mundo é significativo para a reflexão de Ricoeur. Ele reconheceu muito cedo em seu percurso – na investigação do mal que constituiu parte da obra *Philosophie de la volonté II: finitude et culpabilité*, publicada em 1960 – a inelutável mediação dos símbolos e da linguagem em nossa relação com o mundo, com os outros e com nós mesmos. Aprendeu que a reflexão filosófica se estabelece quase sempre como um trabalho de segundo grau, feito sobre uma apreensão linguística ou simbólica que é primeira – donde o seu caráter fundamentalmente hermenêutico.

Se a experiência humana do mundo é acessível à reflexão por essa mediação dos símbolos e da linguagem, esta última, por sua vez, só é plenamente inteligível por sua relação com aquela experiência, por estar inserida nessa experiência, por também fazer parte dela. Daí que a compreensão da configuração do tempo pelas narrativas exige não só a consideração dos elementos temporais presentes em sua estrutura como também sua inserção na *totalidade do arco hermenêutico* desenhado pelo desdobramento da *mimesis* em três momentos. A investigação de Ricoeur mostra de forma consistente que o papel da narrativa só se torna inteligível quando considerada em sua função de mediação entre dois momentos, quando se reconhece que ela tem um ponto de partida e um ponto de chegada no mundo. Só aí situada ela revela todo o seu sentido, em particular

seu caráter de configuradora do tempo, estando ela também inserida no tempo, participando de uma história. É aí que se entrecruzam as narrativas de ficção e as narrativas históricas.

Nem só a narrativa histórica, com a construção do chamado tempo histórico – ou terceiro tempo, entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico – nem só a narrativa de ficção, com suas variações imaginativas sobre este, tomadas isoladamente, configuram propriamente o tempo humano. É no seu entrecruzamento que ele é configurado, é no esclarecimento desse entrecruzamento que se pode compreender de que maneira as narrativas oferecem uma “resposta poética” às aporias filosóficas da reflexão sobre o tempo.

Na envergadura de seu projeto de investigação, Ricoeur não se detém na reflexão de Agostinho, reconhecendo que de lá para cá, na história da filosofia, muito se pensou sobre o tempo, muito se refinou e se aprofundou em sua compreensão. Traz então alguns dos grandes pensadores para sua investigação – Aristóteles, Husserl, Kant, Hegel e Heidegger – lendo-os com atenção e mostrando como, ao mesmo tempo que aprofundaram e refinaram nossa compreensão do tempo, não escaparam a conclusões aporéticas. É levando em consideração a força de pensamento desses autores e de seus trabalhos sobre o tempo que podemos entender a força e o valor da resposta poética da narrativa trazida à luz por Ricoeur.

Do longo caminho percorrido emerge, na conclusão de Ricoeur, num trabalho de releitura de seu próprio percurso que lhe é habitual, a formulação do que pode ser considerada uma base bastante sólida para o desenvolvimento de uma “hermenêutica da consciência histórica”. Conclui a investigação sintetizando em três grandes aporias – a persistência de uma dupla perspectiva sobre o tempo, de uma totalidade que não se deixa totalizar e de uma representação que deixa escapar o que pretende representar – o que aparecia antes sob outras formas na leitura e no confronto entre os autores – as polarizações entre tempo intuído e tempo invisível, tempo da alma e tempo do mundo, temporalização e tempo “vulgar”. O breve e denso reexame dessas aporias revela, ao mesmo tempo, “a amplitude do domínio em que a réplica da poética da narrativa à apo-

rética do tempo é pertinente e o limite para além do qual a temporalidade, escapando ao enquadramento da narrativa, retorna do problema ao mistério”.

Suas conclusões abrem, dessa maneira, todo um programa de investigação de nossa condição de seres temporais. Principalmente com a formulação da noção de *identidade narrativa*, esse “rebento frágil e fecundo” nascido do entrecruzamento das narrativas históricas e das narrativas de ficção. Ela responde diretamente e com maior sucesso, afirma Ricoeur, à primeira aporia da temporalidade – a persistência de uma dupla perspectiva sobre o tempo, uma fenomenológica e outra cosmológica, perspectivas que não se deixam reduzir uma à outra, ocultam-se reciprocamente e remetem, em seu próprio movimento, em direção à outra, como que exigindo a presença dessa outra. A noção de uma identidade narrativa, assim como a constituição do tempo histórico, lança uma ponte entre elas. As poucas páginas dedicadas a essa noção expressam, em sua densidade e na riqueza de caminhos que abrem à investigação, o modo como no trabalho de Ricoeur sempre confluem para um ponto-chave as minuciosas análises anteriores.

Na continuidade do trabalho de pensamento de Ricoeur fica evidente como essa noção se constitui na base para um aprofundamento na compreensão da noção de sujeito, esse sujeito tão abandonado, recusado ou denegado por parte significativa da filosofia contemporânea. Ela estará no centro da obra maior que se segue, *Soi-même comme un autre*, em que Ricoeur elabora uma concepção de sujeito como *si-mesmo*, numa “hermenêutica do si” colocada a “igual distância da apologia do Cogito e de sua desistência”, a igual distância de uma exaltação do sujeito como fundamento último e de uma negação radical de sua existência. Posto o problema em termos da *identidade* desse sujeito, eis uma formulação em *Tempo e narrativa* que expressa bem o problema e aponta o caminho que será tomado para resolvê-lo:

“Sem o auxílio da narração, o problema da identidade pessoal está, de fato, fadado a uma antinomia sem solução: ou bem se supõe um sujeito idêntico a si mesmo na diversidade de seus

estados, ou então se considera, na esteira de Hume e de Nietzsche, que esse sujeito idêntico não passa de uma ilusão substancialista, cuja eliminação faz aparecer tão-somente um puro diverso de cognições, emoções e volições. O dilema desaparece se a identidade entendida no sentido de um mesmo (*idem*) for substituída pela identidade entendida no sentido de um si-mesmo (*ipse*); a diferença entre *idem* e *ipse* não é outra senão a diferença entre uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa. A ipseidade pode escapar ao dilema do Mesmo e do Outro na medida em que sua identidade repousa numa estrutura temporal conforme ao modelo de identidade dinâmica oriundo da composição poética de um texto narrativo."

A obra que aqui se apresenta convida a explorar a validade e o alcance de suas teses – como o próprio Ricoeur faz em suas conclusões – e abre muitas possibilidades de investigação, sugere muitos caminhos de pesquisa a serem percorridos. Deve-se reconhecer, entretanto, que ela faz isso depois de estabelecer solidamente um ponto de partida, num diálogo tão claro quanto rigoroso com o que de melhor se produziu nas áreas que toma como referência. Ao estabelecer um vasto campo de conexões entre problemáticas e abordagens habitualmente mantidas isoladas, entrelaçando múltiplas perspectivas teóricas e aproximando territórios habitualmente mantidos à distância, formulando perguntas nas suas fronteiras ou no atravessamento dessas fronteiras, Ricoeur não só permite novos olhares para velhos problemas, como também abre à exploração todo um novo continente. Lançar pontes e estabelecer passagens solidamente construídas são virtudes que merecem destaque nesta obra, cuja repercussão tende a ser cada vez mais fecunda.

Que não se intimide o leitor com a vastidão do empreendimento, que não se assuste com a quantidade de obras e autores mobilizados, que não desanime logo de início com o longo percurso anunciado e levado a cabo. Basta se dispor a seguir com a devida atenção o trabalho de pensamento que nela se faz. Encontrará na escrita de Ricoeur uma condução segura, que mantém no horizonte o norte aonde quer chegar, que não perde de vista seu objetivo maior e, ao mesmo tempo, com rara

clareza e firmeza, percorre passo a passo o caminho, constrói cuidadosamente seu desenvolvimento, conduz o raciocínio com todo respeito ao pensamento alheio, tanto o dos autores com que trabalha como o do leitor a que se dirige.

Ricoeur conduz pela mão o leitor disposto à famosa "paciência do conceito", pelo encadeamento lógico de sua exposição, tão rigorosa quanto cristalina. Ele aproveita o que há de melhor na tradição cartesiana de direção do espírito, com um espírito geométrico que se faz hermenêutico. Um espírito que entende e sustenta de modo exemplar na sua prática de pensamento que o reconhecimento do caráter hermenêutico do pensamento não leva ao abandono do rigor e da clareza na exposição das ideias. Ao contrário, é justamente o reconhecimento da presença da interpretação em toda reflexão filosófica que pede, se não exige, para sua sustentação e eficácia, o exercício da razão em sua estrutura mais lógica. Eis o que nos oferece Ricoeur, o exercício da razão num discurso bem articulado, com uma bela exposição de argumentos encadeados numa linguagem cristalina.

A clareza e a distinção das ideias se fazem mais necessárias do que nunca, para que o reconhecimento do caráter hermenêutico do pensamento em seu inevitável pertencimento à história e à linguagem não se transforme numa autodestruição da filosofia e da reflexão ou no seu abandono em favor de discursos pretensamente poéticos e vagamente alusivos ou de práticas enfiáveis cegamente aos princípios mais danosos do senso comum. Em Ricoeur a aproximação da filosofia de outras formas de conhecimento e de discurso não tem por objetivo negar ou dissolver suas diferenças, nem tem como consequência desfazer as fronteiras entre elas. Ao contrário, ele busca ressaltar e preservar as particularidades de cada uma no reconhecimento e sustentação de suas diferenças. É dessa diferença que vem justamente o interesse em tal aproximação, pela ampliação de perspectivas e pela dinamização que uma pode produzir sobre a outra. Para que isso ocorra é preciso sustentar a tensão e o conflito entre elas, não buscar a pacificação a qualquer custo pela abolição das diferenças.

Não está entre as menores tarefas da filosofia, tal como a entende Ricoeur, a arbitragem entre diferentes perspectivas e interpretações, sem nenhuma pretensão de legislar sobre elas. Ambição de certa maneira "medida", a de procurar tirar as consequências de cada uma e articular sua contribuição, situando-as no horizonte da totalidade da experiência humana, reconhecendo com Husserl que essa é uma tarefa infinita. Trata-se de um horizonte, uma totalização em processo que não pode ser levada a cabo por nenhuma perspectiva em particular, nem mesmo esta que se propõe esse horizonte de totalização, justamente porque se trata de um processo aberto, o da história dos homens capazes de iniciativa. É um processo de criação que inclui, entre outras dimensões, a da apropriação pela reflexão do "desejo de ser e esforço para existir" que se realiza na história, desdobrando-se no tempo. Reflexão que é também, como escreve Ricoeur, uma transformação da nossa inescapável condição histórica em consciência histórica, uma consciência que reconhece seus limites, trabalha com eles e é levada por eles a pensar mais e dizer melhor.

HÉLIO SALLES GENTIL

## PRÓLOGO

*La Métaphore vive* [A metáfora viva] e *Temps et récit* [Tempo e narrativa] são duas obras gêmeas: publicadas uma após a outra, foram concebidas juntas. Embora a metáfora remeta tradicionalmente à teoria dos "tropos" (ou figuras de discurso) e a narrativa à teoria dos "gêneros" literários, os efeitos de sentido produzidos tanto por uma como pela outra remetem ao mesmo fenômeno central de inovação semântica. Em ambos os casos, esta se dá apenas no nível do discurso, ou seja, dos atos de linguagem de dimensão igual ou superior à frase.

Com a metáfora, a inovação consiste na produção de uma nova pertinência semântica por meio de uma atribuição im-pertinente: "A natureza é um templo onde viventes pilares..." A metáfora continua viva enquanto percebermos, através da nova pertinência semântica — e de certo modo em sua espessura —, a resistência das palavras em seu emprego usual e, portanto, também sua incompatibilidade no nível de uma interpretação literal da frase. O deslocamento de sentido que as palavras sofrem no enunciado metafórico, e era a isso que a retórica antiga reduzia a metáfora, não equivale ao todo da metáfora; é apenas um meio a serviço do processo que se situa no nível da frase inteira e tem por função salvar a nova pertinência da predicação "bizarra" ameaçada pela incongruidade literal da atribuição.

Com a narrativa, a inovação semântica consiste na invenção de uma intriga que, também ela, é uma obra de síntese: pela

Métaphore et récit  
 (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16) (17) (18) (19) (20) (21) (22) (23) (24) (25) (26) (27) (28) (29) (30) (31) (32) (33) (34) (35) (36) (37) (38) (39) (40) (41) (42) (43) (44) (45) (46) (47) (48) (49) (50) (51) (52) (53) (54) (55) (56) (57) (58) (59) (60) (61) (62) (63) (64) (65) (66) (67) (68) (69) (70) (71) (72) (73) (74) (75) (76) (77) (78) (79) (80) (81) (82) (83) (84) (85) (86) (87) (88) (89) (90) (91) (92) (93) (94) (95) (96) (97) (98) (99) (100)



virtude da intriga, objetivos, causas, acasos são reunidos sob a unidade temporal de uma ação total e completa. É essa *síntese do heterogêneo* que aproxima a narrativa da metáfora. Em ambos os casos, algo novo – algo ainda não dito, algo inédito – surge na linguagem: aqui, a metáfora *viva*, isto é, uma nova pertinência na predicação, ali, uma intriga *inventada*, isto é, uma nova congruência no agenciamento dos incidentes.

Em ambos os casos, a inovação semântica pode ser relacionada com a imaginação produtiva e, mais precisamente, com o esquematismo que é sua matriz significante. Nas metáforas novas, o nascimento de uma nova pertinência semântica mostra maravilhosamente bem o que pode ser uma imaginação que produz segundo regras: "Metaforizar bem, dizia Aristóteles, é perceber o semelhante." Ora, que é perceber o semelhante senão instaurar a própria similitude aproximando termos que, "afastados" inicialmente, aparecem de repente "próximos"? É essa mudança de distância no espaço lógico que a imaginação produtiva opera. Esta consiste em *esquematizar* a operação sintética, em *figurar* a assimilação predicativa da qual resulta a inovação semântica. A imaginação produtiva em operação no processo metafórico é, pois, competência para produzir novas espécies lógicas por assimilação predicativa, a despeito da resistência das categorizações usuais da linguagem. Ora, a intriga de uma narrativa é comparável a essa assimilação predicativa: ela "toma juntamente"\* e integra numa história inteira e completa os acontecimentos múltiplos e dispersos e, assim, esquematiza a significação inteligível vinculada à narrativa tomada como um todo.

Enfim, em ambos os casos, a inteligibilidade revelada por esse processo de esquematização se distingue tanto da racionalidade combinatória, que a semântica estrutural põe em jogo no caso da metáfora, como da racionalidade legisladora aplicada pela narratologia ou pela historiografia erudita, no caso da narrativa. Essa racionalidade visa antes a simular, no nível su-

\* "Prendre ensemble" (tomar juntamente) é a leitura etimológica que Paul Ricoeur faz de "comprendre" (compreender). (N. da T.)

perior de uma metalinguagem, uma inteligência enraizada no esquematismo.

Consequentemente, quer se trate de metáfora ou de intriga, explicar mais é compreender melhor. Compreender, no primeiro caso, é voltar a captar o dinamismo em virtude do qual um enunciado metafórico, uma nova pertinência semântica emergem das ruínas da pertinência semântica tal como aparece numa leitura literal da frase. Compreender, no segundo caso, é voltar a captar a operação que unifica numa ação inteira e completa a diversidade constituída pelas circunstâncias, pelos objetivos e pelos meios, pelas iniciativas e pelas interações, pelas reviravoltas da fortuna e por todas as consequências não desejadas decorrentes da ação humana. O problema epistemológico levantado, quer pela metáfora, quer pela narrativa, consiste em grande medida em ligar a *explicação* empregada pelas ciências semio linguísticas à *compreensão* prévia que decorre de uma familiaridade adquirida com a prática linguageira, tanto poética como narrativa. Em ambos os casos, trata-se de esla-recer ao mesmo tempo a autonomia dessas disciplinas racionais e sua filiação direta ou indireta, próxima ou longínqua, a partir da inteligência poética.

O paralelismo entre metáfora e narrativa vai mais longe: o estudo da metáfora viva nos levou a levantar, para além do problema da estrutura ou do sentido, o da referência ou da pretensão à verdade. Em *A metáfora viva*, defendi a tese de que a função poética da linguagem não se limita à celebração da linguagem por si mesma, em detrimento da função referencial, tal como ela predomina na linguagem descritiva. Afirmei que a suspensão da função referencial direta e descritiva é apenas o inverso, ou a condição negativa, de uma função referencial mais dissimulada do discurso, que de certo modo é liberada pela suspensão do valor descritivo dos enunciados. É assim que o discurso poético traz para a linguagem aspectos, qualidades, valores da realidade, que não têm acesso à linguagem diretamente descritiva e só podem ser ditos por intermédio do jogo complexo entre a enunciação metafórica e a transgressão regrada das significações usuais de nossas palavras. Arisqueti-me, em consequência, a falar não só de sentido metafórico, mas de

referência metafórica) para expressar esse poder do enunciado metafórico de redescrever uma realidade inacessível à descrição direta. Sugeri até fazer do "ver-corno", a que se resume a potência da metáfora, o revelador de um "ser-corno" no nível ontológico mais radical.

A função mimética da narrativa coloca um problema exatamente paralelo ao da referência metafórica. Aliás, não é mais que uma aplicação particular desta última à esfera do agir humano. A intriga, disse Aristóteles, é a *mimesis* de uma ação. Quando chegar o momento, distinguirei ao menos três sentidos do termo *mimesis*: remissão à pré-compreensão familiar que temos da ordem da ação, entrada no reino da ficção e, por fim, nova configuração, mediante a ficção, da ordem pré-compreendida da ação. É por este último sentido que a função mimética da intriga se aproxima da referência metafórica. Enquanto à redescricao metafórica reina sobretudo no campo dos valores sensoriais, páticos, estéticos e axiológicos, que constituem um mundo *habitável*, a função mimética das narrativas se exerce de preferência no campo da ação e de seus valores *temporais*.

É sobre esse último aspecto que vou me detê-lo neste livro. Vejo nas intrigas que inventamos o meio privilegiado mediante o qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda: "Que é, pois, o tempo? — pergunta Agostinho. Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei." É na capacidade da ficção de refigurar essa experiência temporal exposta às aporias da especulação filosófica que reside a função referencial da intriga.

Mas a fronteira entre cada uma dessas funções é instável. Em primeiro lugar, as intrigas que configuram e transfiguram o campo prático englobam não só o agir, mas o *padecer*, portanto também os personagens como agentes e como *vítimas*. A poesia lírica vizinha, pois, com a poesia dramática. Além disso, as circunstâncias que, como a palavra indica, cercam a ação, e as conseqüências não desejadas que fazem parte do trágico da ação, comportam também uma dimensão de passividade acessível, por outro lado, ao discurso poético, em particular no modo da elegia e da lamentação. Assim, redescricao metafórica

e *mimesis* narrativa estão estreitamente imbricadas, a ponto de ser possível trocar os dois vocabulários e falar do valor mimético do discurso poético e da potência de redescricao da ficção narrativa.

O que se desenha desse modo é uma vasta esfera poética que inclui enunciado metafórico e discurso narrativo.

O núcleo inicial deste livro é constituído pelas *Brick Lectures*, dadas em 1978 na Universidade de Missouri-Columbia. O original em francês pode ser lido nos três primeiros capítulos de *La Narrativité* [A narratividade] (Paris, ed. do C.N.R.S., 1980). A ele se acrescenta a *Zaharoff Lecture*, dada na Taylor Institution, St. Giles', em 1979: "The Contribution of French Historiography to the Theory of History" [A contribuição da historiografia francesa para a teoria da história] (Oxford, Clarendon Press, 1980). Diversas partes do trabalho foram elaboradas de forma esquemática por ocasião de dois seminários dados na Universidade de Toronto, na cadeira Northrop Frye, e no âmbito do "Programa de Literatura Comparada". Vários esboços do conjunto constituíram matéria de meus seminários no Centro de Estudos de Fenomenologia e de Hermenêutica de Paris e na Universidade de Chicago, na cadeira John Nuveen.

Agradeço aos professores John Bien e Noble Cunningham da Universidade de Missouri-Columbia, G. P. V. Collyer da Taylor Institution, St. Giles' em Oxford, Northrop Frye e Mario Valdès da Universidade de Toronto, pelo amável convite, bem como a meus colegas e meus alunos da Universidade de Chicago por sua acolhida, sua inspiração e suas exigências críticas. Devo um reconhecimento todo especial a todos os participantes do Centro de Estudos de Fenomenologia e de Hermenêutica de Paris, que acompanharam minha investigação em toda a sua extensão e contribuíram para a obra coletiva *La Narrativité*.

Tenho uma dívida particular para com François Wahl, das Éditions du Seuil, cuja leitura minuciosa e rigorosa me permitiu melhorar a argumentação e o estilo deste livro.

PRIMEIRA PARTE  
O CÍRCULO ENTRE NARRATIVA  
E TEMPORALIDADE

A primeira parte da presente obra visa expor as principais *pressuposições*, que o resto do livro deverá submeter à prova, das diversas disciplinas que tratam seja de historiografia, seja de narrativa de ficção. Essas pressuposições têm um núcleo comum. Quer se trate de afirmar a identidade estrutural entre a historiografia e a narrativa de ficção, como nos empenharemos em provar na segunda e na terceira partes, quer se trate de afirmar a profunda afinidade entre a exigência de verdade de cada um dos modos narrativos, como faremos na quarta parte, uma *pressuposição* domina todas as outras, qual seja, a de que a problemática última tanto da identidade estrutural da função narrativa como da exigência de verdade de toda obra narrativa é o caráter *temporal* da experiência humana. O mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como repetiremos várias vezes no curso desta obra: o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal. É a essa principal *pressuposição* que está dedicada nossa primeira parte.

Que a tese apresente um caráter circular é algo inevitável. Afinal, é o que ocorre com toda asserção hermenêutica. Esta primeira parte tem por ambição responder a essa objeção. Empenhar-nos-emos no capítulo III em demonstrar que o círculo

entre narratividade e temporalidade não é um círculo vicioso, mas um círculo saudável, cujas duas metades se reforçam mutuamente. Para preparar essa discussão, considere-se poder dar à tese da reciprocidade entre narratividade e temporalidade duas introduções históricas independentes uma da outra. A primeira (capítulo I) é dedicada à teoria do tempo em Santo Agostinho, a segunda (capítulo II) à teoria da intriga em Aristóteles.

A escolha desses dois autores tem uma dupla justificação.

Primeiramente, eles nos propõem duas entradas *independentes* no círculo de nosso problema: uma, pelo lado dos paradoxos do tempo, a outra, pelo lado da organização inteligível da narrativa. A independência delas não consiste apenas no fato de as *Confissões* de Santo Agostinho e a *Poética* de Aristóteles pertencerem a universos culturais profundamente diferentes, separados por muitos séculos e por problemáticas que não podem ser superpostas. O que é mais importante para nosso intuito é que um inquirir a natureza do tempo, aparentemente sem se preocupar em fundar nessa inquirição a estrutura narrativa da autobiografia espiritual desenvolvida nos nove primeiros livros das *Confissões*. O outro constrói sua teoria da intriga dramática sem considerar as implicações temporais de sua análise, deixando para a *Física* o cuidado de se ocupar com a análise do tempo. É nesse sentido preciso que as *Confissões* e a *Poética* oferecem dois acessos independentes entre si para nosso problema circular.

Mas essa independência das duas análises não será o principal foco de nossa atenção. Elas não se limitam a convergir para a mesma interrogação a partir de dois horizontes filosóficos radicalmente diferentes: cada uma gera a imagem invertida da outra. Com efeito, a análise agostiniana dá do tempo uma representação na qual a *discordância* não cessa de desmentir o anseio de *concordância* constitutivo do *aninus*. A análise aristotélica, em contrapartida, estabelece a preponderância da concordância sobre a discordância na configuração da *intriga*. Foi essa relação inversa entre concordância e discordância que me pareceu constituir o maior interesse da confrontação entre as *Confissões* e a *Poética* – confrontação que pode parecer ainda mais incongruente na medida em que vai de Agostinho a Aris-

tóteles, desconsiderando a cronologia. Mas pensei que o encontro entre as *Confissões* e a *Poética*, na mente do mesmo leitor, ficaria mais dramático se fosse da obra em que predomina a perplexidade provocada pelos paradoxos do tempo para aquela em que, ao contrário, prevalece a confiança na capacidade do poeta e do poema de fazer triunfar a ordem sobre a desordem.

No capítulo III desta primeira parte o leitor encontrará a célula melódica da qual o resto da obra é o desenvolvimento e, às vezes, a derrubada. Nele nos ocuparemos exclusivamente – sem nenhuma outra preocupação de exegese histórica – do jogo invertido da concordância e da discordância que nos legaram as análises soberanas do tempo por Agostinho e da intriga por Aristóteles<sup>1</sup>.

1. A escolha do vocabulário deve aqui muito à obra de Frank Kermode, *The Sense of an Ending, Studies in the Theory of Fiction*, Oxford University Press, 1966, à qual dedico uma análise particular na terceira parte da presente obra.